



Considerações sobre precarização do trabalho docente (em geografia)

Carlos Laete Rodrigues Pascoal¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). Secretaria Municipal de educação de Rio das Ostras.

Lorena Lopes Pereira Bonomo²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ).

Resumo. O objetivo do artigo é tecer considerações quanto a precariedade e precarização do trabalho docente (em geografia), permeadas pelas transformações experimentadas por esta categoria profissional nesse país, no contexto do predomínio e desenvolvimento das relações capitalistas de produção e organização econômica da sociedade brasileira. Defende-se a importância da categoria trabalho – e das concepções de alienação, sistema de metabolismo social e sistema de mediações de segunda ordem – para orientar tal análise. A seguir, apresenta-se dimensões da precarização da docência, apreendendo, quando possível, a incidência específica para professores/as de geografia. Trata-se de uma análise a partir de revisão bibliográfica e as obras de Mészáros (2008, 2011, 2016), Santos (2011), Silva (2020), Nóvoa (1992), entre outros, constituem o referencial teórico. Os resultados apontam para a construção coletiva de estratégias de resistência desde a formação docente (inicial e continuada) sustentando o horizonte da transformação das condições laborais em sua dimensão ontológica.

¹ Professor Docente I SEEDUC – RJ e Secretaria Municipal de Educação de Rio das Ostras. Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional/ProfGeo - UERJ. E-mail: carloslaetep@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0009-0009-2154-0640>

² Professora Associada do Departamento de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ). Membro do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em rede nacional (ProfGeo). E-mail: lorenbonomo@hotmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8848-5206>

Palavras-chave: trabalho docente; precarização do trabalho docente; docência em geografia; formação de professores de geografia; condições laborais na docência.

CONSIDERATIONS ABOUT THE PRECARIOUSNESS OF TEACHING WORK (IN GEOGRAPHY)

Abstract. The objective of the article is to make considerations regarding the precariousness and precariousness of teaching work (in geography), permeated by the transformations experienced by this professional category in this country, in the context of the predominance and development of capitalist relations of production and economic organization of Brazilian society. The importance of the work category – and the concepts of alienation, system of social metabolism and system of second-order mediations – is defended to guide such analysis. Below, dimensions of the precariousness of teaching are presented, understanding, when possible, the specific incidence for geography teachers. This is an analysis based on a bibliographical review and the works of Mészáros (2008, 2011, 2016), Santos (2011), Silva (2020), Nóvoa (1992), among others, constitute the theoretical framework. The results point to the collective construction of resistance strategies since teacher training (initial and continuing) supporting the horizon of transformation of working conditions in their ontological dimension.

Keywords: teaching work; precariousness of teaching work; teaching geography; geography teacher training; working conditions in teaching.

CONSIDERACIONES SOBRE LA PRECARIEDAD DEL TRABAJO DOCENTE (EN GEOGRAFÍA)

Resumen. El objetivo del artículo es realizar consideraciones sobre la precariedad y precariedad del trabajo docente (en geografía), permeado por las transformaciones vividas por esta categoría profesional en este país, en el contexto del predominio y desarrollo de las relaciones de producción y económicas capitalistas. organización de la sociedad brasileña. Se defiende la importancia de la categoría de trabajo –y los conceptos de alienación, sistema de metabolismo social y sistema de mediaciones de segundo orden– para guiar dicho análisis. A continuación se presentan dimensiones de la precariedad de la enseñanza, entendiendo, cuando sea posible, la incidencia específica para los profesores de geografía. Se trata de un análisis basado en una revisión bibliográfica y los trabajos de Mészáros (2008, 2011, 2016), Santos (2011), Silva (2020), Nóvoa (1992), entre otros, constituyen el marco teórico. Los resultados apuntan a la construcción colectiva de estrategias de resistencia desde la formación docente (inicial y continua) apoyando el horizonte de transformación de las condiciones de trabajo en su dimensión ontológica.

Palabras clave: trabajo docente; precariedad del trabajo docente; enseñanza de geografía; formación de profesores de geografía; condiciones de trabajo en la docencia.

Introdução

O presente artigo apresenta reflexões que derivam da pesquisa de Mestrado cuja dissertação intitula-se *“É preciso estar atento, forte e organizados coletivamente desde a formação inicial: proposta de abordagem da precariedade/precarização do trabalho docente em geografia”*. Compreende-se que a análise da problemática da precariedade e precarização do trabalho docente no Brasil contemporâneo exige a mobilização de uma estratégia teórico-epistemológica-metodológica, adequada à amplitude e complexidade do tema, capaz de embasar a construção coletiva de meios para seu enfrentamento. Considera-se tal movimento fundamental para que a escola e a educação pública possam contribuir com a superação, ou minimização, das graves questões enfrentadas na contemporaneidade, onde se inclui a própria precarização do trabalho, de um modo geral e docente, de um modo específico.

Embora as difíceis condições de trabalho dos professores no Brasil não representem uma novidade, o tema é mais complexo do que o senso comum faz parecer, e ainda assume novas faces no mundo contemporâneo com as profundas transformações em curso desde as últimas décadas do século passado. Deste modo, neste artigo, consideram-se as contribuições oferecidas pela teoria marxista e do método materialista histórico-dialético, ainda que de forma não ortodoxa, adequadas às necessidades de apreender com rigor científico a condição/processo em si, em suas múltiplas dimensões. (OLIVEIRA, 2019; BORGES, 2020; SILVA, 2020).

Assim, temos como objetivo geral tecer considerações quanto à precariedade/precarização do trabalho docente (em geografia), permeadas pelas transformações experimentadas por esta categoria profissional nesse país, no contexto do predomínio e desenvolvimento das relações capitalistas de produção e organização econômica da sociedade brasileira. Inicialmente defende-se a importância da categoria trabalho – e das concepções de alienação, sistema de metabolismo social e sistema de mediações de segunda ordem – para orientar tal análise. A seguir, apresenta-se dimensões da precarização da docência, apreendendo especificamente, quando possível, a

incidência sobre a geografia e seu ensino, e aponta-se para a importância do debate na formação inicial de professores como horizonte coletivo de luta.

Centralidade da categoria trabalho, alienação e precarização no magistério

Apreender os docentes em sua condição de trabalhadores dentro de uma sociedade capitalista, significa entender que são indivíduos que vendem sua força de trabalho em troca de um salário que os permita sobreviver, tornando-se, assim, trabalhadores alienados de seu trabalho (como todos os trabalhadores em uma sociedade capitalista). Tal assertiva aponta para um elemento grave dentro da teoria marxista, configurando a ontologia ou essência das suas condições de precariedade laboral, bem como do processo de precarização pelo qual passam atualmente.

Da mesma forma, a escola pública, como parte do Estado Moderno e a partir da alienação de seus trabalhadores, encontra-se controlada e submetida aos interesses da classe burguesa enquanto classe dominante, de expansão das suas taxas de lucro e manutenção da sociedade de classes. Sua engrenagem confere aos indivíduos as ditas “habilidades e competências” necessárias para sua inserção no mercado de trabalho e, adequando suas formas de pensar e ser para que o façam de forma conformada, submissa, sem questionar as injustiças e problemáticas diversas que caracterizam essa forma de organização da sociedade.

Para avançar na reflexão é preciso compreender a importância do trabalho dentro da teoria marxista. Dentro desta corrente do pensamento, é o trabalho que humaniza os indivíduos, pois constitui a atividade por meio da qual os seres humanos se diferenciam dos animais, mobilizando de forma intencional e consciente seus conhecimentos, habilidades, criatividade e esforço pessoal para planejar, manipular ferramentas, técnicas. Assim, se organizam com os outros e de modo sistematizado, transformam a natureza, produzindo bens e serviços para atender as suas necessidades individuais e do grupo a que pertencem, transformando a si mesmos. (MÉSZÁROS, 2016)

Ou seja, o trabalho é mais do que o labor ou o emprego, mas a atividade a partir da qual os indivíduos constroem e transformam suas identidades, se expressando, definindo e diferenciando dos outros como sujeitos. Assim, aprimorando e disseminando os conhecimentos que detém em um processo de desenvolvimento pessoal e coletivo, em que oferece suas contribuições e demonstrando seu valor para o grupo, estabelecendo e fortalecendo relações e laços sociais com os outros, no que vem a ser a constituição da própria sociedade e desses indivíduos como sujeitos históricos. (MÉSZÁROS, 2016)

Mas, ao serem expropriados dos meios de produção e passarem a trabalhar para outros indivíduos em troca de um salário, o trabalho realizado deixa de expressar a sua individualidade/identidade ou as necessidades do indivíduo e do grupo, tornando-se submetido ao controle, e passando a expressar os interesses de seus empregadores que o controlam e se apropriam de seus frutos de forma a acumularem riqueza. Desta maneira, esses trabalhadores se tornam alienados, ou seja, separados de seu trabalho, visto que perdem a autonomia e liberdade de decisão sobre o quê, como e para quê produzir. Para Basso (1998)

No trabalho alienado, "a vida mesma aparece só como *meio de vida*" (Marx 1984, p. 156 - grifos no original), sendo entendido, assim, como meio de existência, como uma aparente atividade, como exterior ao trabalhador e não como ato que desenvolve novas capacidades e cria novas necessidades, não como essência humana no sentido da realização das potencialidades alcançadas pelo gênero humano. (BASSO, 1998, p. 06)

Para István Mészáros (2016), teórico que se dedicou a refletir com profundidade sobre o tema considerado por ele central na teoria marxista, essa alienação do trabalho apresenta quatro dimensões: (a) a alienação de si mesmo, visto que a atividade produtiva e o produto de seu trabalho passam a ser determinados e apropriados pela classe burguesa, tornando-se estranho ao indivíduo, deixando de ser sua própria expressão e de lhe conferir identidade; (b) a alienação da natureza, que deixa de ser presente na vida desse trabalhador e de ser entendida como produto do seu trabalho, tornando-se igualmente estranha a ele; (c) a alienação dos outros indivíduos, visto que o trabalho não

expressa as necessidades individuais e coletivas e a contribuição do indivíduo à sociedade, enfraquecendo o sentido e a consistência dos laços e relações sociais estabelecidas; (d) e, por fim, a alienação da própria humanidade dos indivíduos, cujo trabalho não é exercido com autonomia e liberdade, não expressa sua identidade e não cria laços com o coletivo, reduzindo os indivíduos a peças substituíveis da engrenagem produtiva. (MÉSZÁROS, 2016)

Assim, os elementos e aspectos caracterizadores da precariedade do trabalho docente, como a desvalorização social e salarial, a sobrecarga de funções, escassez de recursos, as imposições curriculares, o adoecimento, etc., estão profundamente relacionados à essa alienação do trabalho por eles realizado, sistematicamente produzida. Ao passo que, da mesma forma, a piora dessas condições no mundo contemporâneo são expressões do aprofundamento dessa alienação, decorrentes das novas características e estratégias capitalistas de produção e apropriação da riqueza produzida por esses trabalhadores, desenvolvidas a partir da crise do regime fordista-taylorista e da sua reestruturação em um novo regime toyotista-flexível³.

Em outras palavras, a progressiva perda de direitos trabalhistas que corroem a seguridade social da categoria nas redes públicas do país, o aumento do número de docentes contratados e submetidos a regimes de trabalho temporário nessas mesmas redes, a pressão por resultados e até mesmo o cerceamento de sua liberdade de cátedra e a supressão cada vez maior das funções da escola à qualificação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, passando ainda por questões como a epidemia de adoecimento mental, entre outras, são decorrentes dessa reestruturação do regime de produção e acumulação capitalista e das novas estratégias de acumulação praticadas nesse contexto.

Mas, para compreender a profundidade com que essa reestruturação do regime de produção capitalista impacta e transforma a sociedade e as condições

³ Sistemas que alteraram os modos de produção, modificando o trabalho e a vida, dada a intensificação da exploração, do controle e da fragmentação, inclusive dos trabalhadores, atacando sua organização coletiva. O trânsito entre os sistemas demanda uma requisição à Educação, na formação desse trabalhador, agora mais “adaptável”, menos especializado e multifuncional, legitimando desigualdades pela meritocracia. (ANTUNES e PINTO, 2017)

de trabalho não apenas da categoria docente, mas, em geral, é preciso considerar outros dois conceitos fundamentais ao entendimento da problemática: *sistema de metabolismo social do capital* e *sistema de mediações secundárias do capital*.

No interior do arcabouço teórico-epistemológico marxista, o capitalismo é mais do que o conjunto de relações que compõem um sistema econômico de produção e distribuição de mercadorias, mas um sistema de organização/produção/reprodução da relação sociedade e natureza em todas as suas dimensões. Uma extremamente complexa forma ou modo de organização da vida humana e das relações que os indivíduos estabelecem entre si e com a natureza, individual e coletivamente, orientada para a perpetuação e reprodução do capital, fato que levou Mézáros (2011) a recuperar e desenvolver o conceito elaborado por Marx de sistema de metabolismo social do capital. Este, como estratégia marxista para expressar mais adequadamente a sua definição, através da analogia entre o capital e as sociedades capitalistas com um organismo biológico e seu metabolismo vital.

Nesse sentido, a analogia se constrói em alusão à definição biológica de metabolismo, enquanto dinâmica vital do organismo. Ou seja, o conjunto de processos que se desenvolve através dos sistemas, órgãos, tecidos e enzimas no interior do corpo humano e das células, por meio do qual o organismo absorve do ambiente externo e processa quimicamente as substâncias necessárias à sua nutrição. E também, excretando as desnecessárias e preservando o equilíbrio das condições de necessárias à vida e ao bom funcionamento do organismo, ou seja, sua sobrevivência/perpetuação e reprodução, objetivo de todo organismo vivo na biologia.

O sistema de metabolismo social constitui, portanto, a dinâmica das próprias sociedades capitalistas, enquanto agrupamento humano ou formação social específica. Através das relações e estruturas materiais da sociedade o capital absorve da natureza e sociedade, externas a ele, os recursos necessários ao seu incremento, excretando os desnecessários e preservando o equilíbrio das condições necessárias à sua própria perpetuação e reprodução/ampliação. Daí que, em uma sociedade capitalista, as relações sociais e a transformação da

natureza, o trabalho, inerentes à existência humana individual e coletiva, deixam de atender às necessidades humanas de perpetuação e reprodução, tornando-se capitalistas, ou seja, orientadas à sobrevivência do capital.

É assim que, diante das limitações impostas à sua perpetuação e reprodução na forma que se realizava dentro do regime fordista-taylorista, o sistema de metabolismo social do capital inicia um processo de reorganização do seu metabolismo, tão complexo quanto ele próprio, como forma de recuperar seu equilíbrio. As melhores condições para sua perpetuação e reprodução que são a origem desse piora generalizada na qualidade de vida e na preservação da natureza no mundo contemporâneo, nada mais são do que o capital absorvendo da natureza e sociedade (trabalho) a riqueza que precisa para se perpetuar e reproduzir, aprofundando com isso a alienação.

No entanto, essa forma alienada e alienante de organização da vida humana, para se impor sobre os indivíduos e sociedade, assumindo o controle sobre a natureza, as estruturas materiais e dinâmicas humanas, precisa se impor antes às suas subjetividades. Este é o sistema de mediações de segunda ordem, desenvolvido por Mészáros (2011) a partir do conceito de superestrutura de poder elaborado por Marx. Este, constituído pelo conjunto de estruturas subjetivas do capital, que através da cultura, dos valores, ideias e ideais, normas e regras, orienta as ações e relações humanas entre si e com a natureza, individualmente e em sociedade, para a perpetuação e reprodução do capital.

Esse sistema de mediações se desenvolve dialeticamente e de forma imbricada ao desenvolvimento do sistema de metabolismo social do capital, moldando as condições subjetivas necessárias ao seu controle sobre o metabolismo social, oferecendo justificativa e garantindo sua legitimidade. Tal condição mostra-se fundamental para se explicar, portanto, a submissão pacífica da maior parte da população trabalhadora às absurdamente injustas e desumanas antigas e novas condições de trabalho e vida sob o controle do capital, garantindo, assim, a preservação do estado das coisas.

Portanto, é preciso considerar que esse controle do capital sobre o metabolismo social no contexto e nas circunstâncias do regime toyotista-flexível só é possível porque, no atual contexto de evolução da humanidade, apropriou-

se e instrumentalizou-se através dos atores hegemônicos, das novas e revolucionárias tecnologias criadas e desenvolvidas no contexto da Terceira Revolução Industrial, com destaque para as tecnologias informacionais.

Sob o controle dessas tecnologias o capital potencializou não apenas o sistema de metabolismo social do capital, aprofundando sua capacidade de extrair a riqueza da natureza e sociedade, mas tornou o sistema de mediações de segunda ordem ainda mais poderoso, maior, mais complexo e pervasivo do que no passado. Poderosamente mais presente sobre o cotidiano socioespacial contemporâneo, condição fundamental para que possa garantir o status quo e a reprodução do capital, justifica e confere legitimidade cultural e jurídica às novas e ainda mais inaceitáveis condições de trabalho e vida sob o capitalismo no mundo contemporâneo.

Ou, ainda, nas palavras do geógrafo Milton Santos

Tudo isso se deve, em grande parte, ao fato de que o fim do século XX erigiu como um dado central do seu funcionamento o despotismo da informação, relacionado, em certa medida, com o próprio nível alcançado pelo desenvolvimento da técnica atual, tão necessitada de um discurso. Como as atividades hegemônicas são, hoje, todas elas, fundadas nessa técnica, o discurso aparece como algo capital na produção da existência de todos. Essa imprescindibilidade de um discurso que antecede a tudo - a começar pela própria técnica, a produção, o consumo e o poder - abre a porta à ideologia. Antes, era corrente discutir-se a respeito da oposição entre o que era real e o que não era; entre o erro e o acerto; o erro e a verdade; a essência e a aparência. Hoje, essa discussão talvez não tenha sequer cabimento, porque a ideologia se torna real, está presente como realidade, sobretudo por meio dos objetos. (SANTOS, 2001, p. 50-51)

O conceito de sistema de mediações de segunda ordem é fundamental, portanto, para compreender o fenômeno identificado por Santos (2001), quando avançando ainda mais na reflexão, o autor alerta sobre uma grave e silenciosa problemática socioespacial contemporânea, chamada pelo autor de "confusão dos espíritos". Esta, causada pelas complexas transformações experimentadas e ainda em curso em todas as dimensões da existência humana que em conjunto a essa força da ideologia sobre a vida cotidiana e mente das pessoas, que torna a compreensão do mundo "um campo tão aversivo, que o indivíduo sente que é melhor não pensar nele e se concentrar no agora e, com isso, abre mão do

futuro, que termina sendo planejado por outros, sem obstáculos" (FREITAS, 2005, p. 22).

Uma problemática silenciosa, extremamente grave e fundamental para explicar o mundo contemporâneo e a forma como as transformações em curso assumem um caráter aparente de inevitabilidade, como destaca o autor ao afirmar que

Além das múltiplas formas com que, no período histórico atual, o discurso da globalização serve de alicerce às ações hegemônicas dos Estados, das empresas e das instituições internacionais, o papel da ideologia na produção das coisas e o papel ideológico dos objetos que nos rodeiam contribuem, juntos, para agravar essa sensação de que agora não há outro futuro senão àquele que nos virá como um presente ampliado e não como outra coisa. (SANTOS, 2001, p. 159).

Dentro deste contexto, para escapar a força da ideologia e compreender a realidade globalizada sem sucumbir ao conformismo e/ou ao fatalismo é preciso considerar a existência de três mundos: o mundo como os atores sociais hegemônicos tentam nos fazer crer que é, *uma fábula*, uma ilusão ideológica e manipulativa criada por esses atores de acordo com os seus interesses; o mundo *como ele realmente é*, cada vez mais injusto, desigual e ideologizado; mas também o mundo *como ele pode ser*, a utopia humana de uma outra realidade possível. (SANTOS, 2001)

As teorizações de Mézáros (2008, 2011, 2016) e Santos (2001) evidenciam, portanto, como a reflexão a respeito da questão sob uma perspectiva teórico-epistemológica-metodológica adequada à amplitude e profundidade de sua complexidade é fundamental ao melhor dimensionamento do tema, permitindo melhor vislumbrar horizontes em direção aos quais se deve caminhar em busca de sua superação.

Precarização do trabalho docente (em geografia) e a aposta na formação inicial

Considerando a centralidade da categoria trabalho, e a partir dos conceitos de sistema de metabolismo social e sistema de mediações

secundárias do capital, é possível compreender a importância da ideologia para o aprofundamento da expropriação capitalista, entendimento essencial para que se possa desnudar a intencionalidade perversa na origem do sentimento de desamparo e desesperança que atinge a humanidade e a categoria docente atualmente, como um aprofundamento de sua alienação e perda de significados e sentidos.

A precarização do trabalho docente, bem como os obstáculos da escola e da educação pública para formar indivíduos para o exercício da autonomia e cidadania, decorre das mesmas causas que as mais diversas situações apontadas. Todas constituem-se como manifestações das contradições ontológicas e estruturais desse modo de produção e organização social, ao tornar a ampliação do capital o objetivo norteador das relações e atividades produtivas.

Precariedade como a condição imposta aos trabalhadores dentro das sociedades capitalistas pelo processo de alienação, estranhamento e reificação do trabalho, que se reflete em uma perda de significados e sentidos por parte desses trabalhadores a respeito do fruto de seu trabalho, das suas atividades laborais e o processo produtivo, da sua condição de sujeito social e seu relacionamento com os outros indivíduos e, no limite, da sua própria humanidade e liberdade.

Portanto, é preciso compreender que as transformações nas estratégias de produção e controle ideológico capitalista em curso representam um novo avanço da apropriação e expropriação do capital sobre o trabalho da categoria (e sociedade como um todo), limitando cada vez mais as possibilidades de construção/implementação de uma prática escolar emancipadora e de uma ação educacional subversiva. Assim, reduzindo a escola cada vez mais à função de formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho, como destacado por Borges (2020), para quem:

Os processos educativos, principalmente os institucionais, estão subordinados aos interesses do capitalismo contemporâneo e tendem a contribuir para a continuidade da lógica alienante dessa sociedade, marcada por um contexto de profundas desigualdades sociais e exploração humana. Na ótica de formação para inserção no mercado de trabalho ou para empregabilidade, o espaço para discussão e tomada de consciência dos aspectos contraditórios do sistema

capitalista é reduzido ou, como acontece na maioria dos casos, é abolido do currículo escolar. (BORGES, 2020, p. 45)

As imposições curriculares, bem como as (contra)reformas recentes, constituem uma dimensão importante desse movimento e consequente precarização das condições de trabalho desses profissionais que perdem parcela significativa de sua autonomia para determinar o que devem ensinar aos seus alunos nas mais diversas etapas e modalidades de ensino, como destacado por Mormul e Giroto (2019), para quem:

O quadro se torna ainda mais preocupante quando verificamos o atual conjunto de reformas educacionais implementadas no país e que, em nossa perspectiva, contribui para legitimar a situação de precariedade docente (...). Como exemplo, temos a reforma do Ensino Médio que propõe a substituição da organização disciplinar desta etapa de ensino pelas áreas de conhecimento. Se, de um lado, é fundamental que avancemos em abordagens interdisciplinares na organização do processo de ensino-aprendizagem com o intuito de possibilitar aos estudantes e docentes maiores articulações entre conteúdos, conhecimentos e práticas no entendimento do mundo, por outro, diante das atuais condições de formação e trabalho docente, nos parece que tal legislação tem como principal objetivo legitimar a precariedade, garantindo que docentes com pouco formação atuem em diferentes campos, com possíveis impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem. (MORMUL e GIROTTO, 2019, p. 436)

O contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), expressões da *racionalidade neoliberal*, desloca o sentido da produção de conhecimentos e de formação integral na escola para a esvaziada intenção de adquirir “competências e habilidades”, evidenciando a concepção mercadológica como função social da mesma na etapa de Ensino Médio, e a lógica individualizante expressa em “projetos de vida” que reforçam o arcabouço da meritocracia.

As formas de controle, estão indicadas inclusive no vocabulário economicista que direciona os olhares para a escola, permeando seu currículo encontramos: índices, metas, ou ainda empreendedorismo, habilidades sócio-emocionais, etc. Todos fatores alinhados às lógicas privatistas e formas de medir

a produtividade docente, articulando-se no limite a afetar formas de contratação e demissão, cada vez mais “flexibilizadas”.

Para o ensino de Geografia tais prescrições têm significado um duplo ataque: seja pela diminuição dos tempos efetivos da disciplina escolar, que desaparece de boa parte do currículo no Ensino Médio de acordo com as propostas de redução da carga horária e adoção dos itinerários formativos; seja pelo aligeiramento e esvaziamento onde se mantém, diluída na área de ciências humanas e sociais aplicadas. Analisando possíveis razões de tais exclusões a determinadas disciplinas escolares, e neste caso em específico à geografia, infere-se que o incômodo gerado pela “mobilização dos conceitos e princípios lógicos geográficos, que são instrumentos intelectuais potentes para a interpretação e construção de práticas espaciais de forma crítico-reflexiva” (LUZ NETO, 2021, p. 388), configura-se como causa latente.

Inúmeros professores de geografia sentem-se inseguros, assumindo disciplinas que não são de sua área específica de formação, portanto não possuem o domínio teórico-científico necessário, e nem mesmo para as disciplinas eletivas tais como projetos de vida ou empreendedorismo. Componentes esses aos quais, ainda que muitas vezes discordando politicamente e pedagogicamente de suas implementações, se veem obrigados a ministrar sob pena de aumentar, ainda mais, o número de turmas e escolas para completar sua carga horária, obrigando a mais *sobretabalho* e deslocamentos. Conjugados, atrelando-se a um forte sentimento de frustração, tais fatores, também incidem fortemente no adoecimento profissional.

Além das ingerências administrativas sobre o labor professoral, expressas neste artigo sob a forma de políticas educacionais, fatores como déficit de recursos e condições materiais de trabalho nas escolas, ou ainda a desvalorização salarial, produzem consequências gerais, e impactos profundos para o trabalho docente em Geografia. Por exemplo, diante da precariedade de funcionamento de escolas básicas públicas, um conjunto de elementos e meios didáticos que constituem dispositivos amplamente difundidos como qualificadores dos processos de ensino-aprendizagem nesse componente curricular, como mapas ou recursos tecnológicos, são inviabilizados.

A necessidade de intenso deslocamento pela extenuante jornada de trabalho – também relacionadas à redução de tempos da disciplina em currículos da Educação básica, como ocorreu no Novo Ensino Médio -, associadas à realidade territorial de violência, com tantas escolas públicas posicionadas em áreas conflagradas, exibem elementos complexos de sua segregação socioespacial, e impedem, por exemplo, que se efetue um dos fundamentos do ensino de geografia, que é o conhecimento da comunidade escolar. Do mesmo modo, tornam inviáveis saídas em trabalhos de campo, tão fundamentais por permitirem construir um pensar pela geografia, mobilizando princípios lógicos, como *totalidade/particularidade*, *contradição*, *essência/aparência*; através da elaboração de princípios operacionais fundamentais, como *observação*, *análise*, *comparação*, *síntese*, etc. (CAVALCANTI, 2019, p. 144).

Esse conjunto de fatores: desvalorização social-salarial/espoliação de direitos, déficit de recursos materiais e ingerências administrativas expressas nas políticas educacionais sob o currículo da geografia escolar, incidindo diretamente sobre o ofício docente, conformam um “professor de novo tipo” (ANDRADE, 2023). Nesta pesquisa defendemos que precisamos confrontar coletivamente esta situação, qualificando o debate desde a formação inicial, organizando momentos de articulações com professores em atuação nos diversos níveis e modalidades de ensino, assumindo sua re-politização em bases diversas.

Neste sentido, coadunamos com Giordani e Giroto (2019), quando afirmam que

É contra esta concepção, com profundas implicações político-epistemológicas, que nos colocamos, reivindicando a docência como profissão e a aula como espaço de criação, singular e irreproduzível. Tal reivindicação coloca assento na complexidade da docência, constituída por um saber-fazer-pensar-agir específico. Com isso, destacamos o lugar dos conhecimentos produzidos pelos professores e professoras da educação básica, a partir de diferentes contextos, ações e no diálogo com os sujeitos da educação, problematizando a relação entre o discurso competente que tem na universidade (e hoje, cada vez mais, no setor empresarial) lócus de produção e o processo de interdição dos discursos dos professores da educação básica. (GIROTO e GIORDANI, 2019, p. 126)

Na pesquisa temos percebido o quanto é necessário que se pautem o ofício do professor, a complexidade que envolve tal categoria profissional, a partir de suas condições objetivas e subjetivas em questão. Consideramos que é preciso, portanto, dimensionar adequadamente ao longo da formação inicial e/ou continuada, as limitações enfrentadas por esses profissionais em seu cotidiano laboral, promovendo a análise crítica da problemática, embasamento e o debate teórico sobre seus direitos e a importância da organização da classe. Uma preparação para a participação ativa desses profissionais em movimentos de resistência e luta contra o controle exercido pelo metabolismo social capitalista, germinando o enfrentamento dessa situação e para a construção em conjunto de propostas efetivamente capazes de contribuir com a sua superação.

Pois, assim como defendido por Nóvoa

A formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma "nova" profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas. A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo "formar" e "formar-se", não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação. (NÓVOA, 1992, p. 21)

Ou, ainda, nas palavras do mestre,

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu "distanciamento" epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela "aproximá-lo" ao máximo. Quanto melhor se faz esta operação, tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também. (FREIRE, 1996, p. 18)

Compreendendo com Freire (1996) que o processo de ensino é também um processo de aprendizagem, as instituições educacionais e todo o conjunto

de atividades e práticas pedagógicas desenvolvidos nesses ambientes são também espaços e atividades de formação docente. Assim, onde a formação se aprofunda, a categoria se fortalece, uma vez que o ser-docente é sempre o fazer-se docente (SOUZA E JULIASZ, 2010).

Mais do que isso, vale destacar ainda as palavras de Basso (1998), para quem

Nossa atuação, como profissionais preocupados com a formação inicial e continuada de professores, deveria privilegiar, de um lado, a construção de novas relações de trabalho na escola, possibilitando o enfrentamento coletivo das condições objetivas e subjetivas que obstaculizam o aprendizado escolar. De outro, o aprofundamento teórico-metodológico que favoreça a criação, pelos membros da equipe escolar, de novas relações entre teoria e prática, valorizando a experiência de cada professor, partindo de problemas identificados na prática cotidiana da sala de aula e possibilitando a ampliação do conhecimento através de estudo e reflexão, na busca coletiva de novos fundamentos para a prática. (BASSO, 1998, p. 08)

Assim, o tornar-se professor(a) de Geografia de modo contínuo, reitera a dimensão coletiva que caracteriza tal identidade e se reposiciona quando compreende seu lugar social como de trabalhador(a). Reiteramos Freire (1996) quando afirma que

Uma das formas de luta contra o desrespeito dos poderes públicos pela educação, de um lado, é a nossa recusa a transformar nossa atividade docente em puro bico, e de outro, a nossa rejeição a entendê-la e a exercê-la como prática afetiva de “tias e de tios”. É como profissionais idôneos – na competência que se organiza politicamente está talvez a maior força dos educadores – que eles e elas devem ver-se a si mesmos e a si mesmas. É neste sentido que os órgãos de classe deveriam priorizar o empenho de formação permanente dos quadros do magistério como tarefa altamente política e repensar a eficácia das greves. A questão que se coloca, obviamente, não é parar de lutar, mas, reconhecendo-se que a luta é uma categoria histórica, reinventar a forma também histórica de lutar. (FREIRE, 1996, p. 27)

E desse modo, estimulando os profissionais docentes em formação inicial e continuada à reflexão e análise dos fatores múltiplos e interligados que permeia esse labor, forjamos o desenvolvimento de uma consciência de classe e a coesão política da categoria, a construção coletiva de estratégias de resistência e transformação das suas condições laborais em sua dimensão ontológica.

Considerações finais

A utopia sobrevive a esse caráter catastrófico e desolador da temática abordada, pois, dentro da teoria marxista, as problemáticas apontadas são o resultado do domínio do capital sobre a dinâmica social e as subjetividades nas sociedades capitalistas, e também, ao mesmo tempo, as bases filosóficas que conferem legitimidade e a motivação necessária aos indivíduos. Só o desvelamento qualificado do vivido permite a criação de condições para resistir e reunir na construção de estratégias dedicadas a subverter e transformar essa condição/situação, oferecendo, assim, elementos para refletirmos e ficarmos esperançados com a possibilidade de um outro mundo possível para todos.

Ao possibilitar a apreensão das essências para além das aparências, das expressões imediatas e empiricamente observáveis, diferenciando as causas e consequências do que se observa, é possível vislumbrar horizontes e caminhos. E, dentro desta perspectiva, portanto, o esforço de compreensão da realidade, está necessariamente relacionado à transformação dessa realidade pela união entre a teoria e a prática, a práxis marxista, onde os avanços teóricos estão necessariamente relacionados à mudança na realidade.

Defendemos que o enfrentamento à precarização das condições de trabalho docente exige a promoção de uma maior aproximação entre teoria e prática, seja na formação inicial no ensino superior e médio-técnico, seja na formação continuada formal e cotidiana, disseminando e reafirmando a importância da reflexão sobre o trabalho para a compreensão da realidade-mundo contemporânea. Fortalecendo a atividade docente enquanto prática continuada de formação, não de alienação, através da conscientização a respeito da necessidade de incorporação dessas articulações e organização política como um elemento qualificador do componente curricular não apenas na formação docente, mas na atividade docente cotidiana no ensino básico.

Reinventarmo-nos nas lutas. O combate a precarização do trabalho docente (em geografia) é sinônimo do combate ao domínio do capital sobre a escola e seus componentes curriculares, subvertendo a apropriação capitalista sobre estes e viabilizando que possam realizar sua função social histórica, de

atuarem como instrumentos/ferramentas de emancipação dos indivíduos. No horizonte um ciclo virtuoso, em que a oferta da melhor educação pública possível contribua para a melhor formação da população que, consciente, se mobiliza individual e coletivamente em busca da melhoria das condições não apenas de trabalho, mas de vida em sociedade, como um todo.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Considerações acerca da BNC-formação e as novas morfologias do trabalho: o professor de novo tipo. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 60, p. 121-156, jan-jun 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3210>. Acesso em: 07 mai. 2024.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, São Paulo, v. 19, n. 44, abr 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Sc7BRSNfgRFsvLMyYTP9Fzf/?lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BORGES, Kamylla Pereira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a lei 9394/96, as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, poder executivo, Brasília, DF, 16 fev., 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017c. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_e_mbaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 04 maio 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela geografia – ensino e relevância social**. 1. ed. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo esperanças**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. GIORDANI, Ana Cláudia Carvalho. Princípios do ensinar-aprender geografia: apontamentos para a racionalidade do comum. **Geografia**, São Carlos, v. 44, n. 01, p. 113-134, jan-jun 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14961>. Acesso em: 02 mai. 2024.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. MORMUL, Najla Mehana. O perfil do professor de geografia no brasil: entre o profissionalismo e a precarização. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 420-438, set 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45988>. Acesso em: 7 maio. 2024.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC?. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 370–397, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2205>. Acesso em: 7 maio. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo : Boitempo, 2016.

NÓVOA, Antônio. **Novas disposições dos professores: A escola como lugar da formação**. Jul. 2003. Acesso em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/685/1/21205_ce.pdf. Acesso em 07 Mai. 2024.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SILVA, Amanda Moreira da. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras**. Curitiba: CRV, 2020.

SOUZA, José Gilberto de. JULIAZ, Paula Cristine Strina. **Geografia: ensino e formação de professores**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.